

Prefeitura Municipal de Bagre
Concurso Público – Edital Nº 001/2023

PROFESSOR PEDAGOGO

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA TIPO 1 – CAPA AMARELA

MARQUE O TIPO DE PROVA ACIMA NO SEU CARTÃO RESPOSTA.
MARCAÇÃO INCORRETA OU NÃO MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA NO
CARTÃO RESPOSTA, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO,
IMPLICANDO NA SUA **ELIMINAÇÃO**.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta **PROVA**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das respostas das questões.
2. Confira se o seu número de inscrição, nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.
6. A maneira correta de marcar as respostas no **CARTÃO RESPOSTA** encontra-se como exemplo no próprio cartão, e deverá ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
7. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
8. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
9. O **saco plástico recebido para guarda do material** deverá, **obrigatoriamente**, ser colocado embaixo de sua carteira. O **descumprimento** dessa medida, assim como de outras constantes no Edital do Concurso Público e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

CÓPIA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Guiné-Bissau promoverá acordo sobre meio ambiente e direitos humanos

1 A Comissão Econômica da ONU para a Europa, Unece, elogiou a
2 Guiné-Bissau pela adesão ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos
3 Humanos.

4 A medida torna o país o primeiro fora da região europeia a assinar
5 uma convenção sobre a participação das comunidades na tomada de
6 decisões ambientais.

7 O Acordo sobre Acesso à Informação, Justiça Ambiental e
8 Participação Pública na Tomada de Decisões entrou em vigor em 2001 na
9 cidade Dinamarquesa de Aarhus, que deu nome a Convenção, foi
10 ratificada em 2005 e promulgada em 2010. O depósito dos instrumentos
11 de adesão ocorreu a 4 de abril e entra em vigor em 90 dias.

12 Falando aos jornalistas, o ministro guineense do Ambiente e da
13 Biodiversidade destacou que o quadro legal do país não tipifica de forma
14 clara os crimes ambientais. Viriato Soares Cassama disse que os
15 próximos passos incluem a transposição do Acordo no ordenamento
16 jurídico nacional.

17 “O país precisa transpor a convenção no ordenamento jurídico
18 nacional, criar uma lei de ação popular sobre o acesso à informação. O
19 público deve participar na tomada de decisões sobre o ambiente e ter
20 acesso à justiça ambiental.”

21 Para a Comissão da ONU, o passo abre novas oportunidades para
22 fortalecer a democracia ambiental no país, compartilhar a experiência com
23 outros países e encorajar nações de todas as regiões a aceitar a
24 Convenção de Aarhus.

25 O texto reconhece a obrigação para com as gerações futuras, o
26 direito de as pessoas viverem num ambiente que garanta sua saúde e
27 bem-estar e oferece aos cidadãos o direito de participar no processo de
28 tomada de decisões ambientais.

29 Para a ONU, a transparência, participação pública efetiva e
30 inclusiva e acesso à justiça são pilares para toda a Agenda 2030 do
31 Desenvolvimento Sustentável e são essenciais para a ação climática e a
32 proteção da biodiversidade.

33 A Guiné-Bissau quer aproveitar a convenção para lutar contra as
34 alterações climáticas, promover a biodiversidade, proteger, conservar e
35 salvaguardar o meio ambiente. Permitir a participação pública na tomada
36 de decisões e o acesso das pessoas à justiça em caso de violação dos
37 seus direitos ambientais.

38 O Conselho de Ministros já veio ao público no comunicado desta
39 quinta-feira recomendar o Ministro do Ambiente a promover diligências
40 necessárias com vista à implementação da Convenção de Aarhus.

41 O país, rico em recursos naturais e em biodiversidade costeira,
42 marinha e terrestre, é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas.
43 As consequências são o aumento da salinização e inundações nas
44 regiões costeiras, problemas na agricultura, escassez de água potável e
45 destruição de infraestrutura e ecossistemas.

01 De acordo com o texto,

- (A) a adesão da Guiné-Bissau ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos Humanos é tardia, embora positiva.
- (B) somente países europeus são signatários de convenções sobre a tomada de decisões ambientais.
- (C) a Guiné-Bissau tem uma política satisfatoriamente regulamentada sobre crimes ambientais.
- (D) o ordenamento jurídico da Guiné-Bissau inclui uma justiça ambiental acessível aos seus cidadãos.

02 A Unesco considera que a decisão da Guiné-Bissau pode

- (A) fortalecer a ação climática mundial e a proteção da biodiversidade em todos os continentes.
- (B) promover diligências que visem à implementação da Convenção de Aarhus na África.
- (C) fomentar recursos e para a biodiversidade costeira, marinha e terrestre do país africano.
- (D) estimular outros países a aderir ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos Humanos.

03 Sobre o enunciado *Falando aos jornalistas, o ministro guineense do Ambiente e da Biodiversidade destacou que o quadro legal do país não tipifica de forma clara os crimes ambientais* (linhas 12 a 14) é correto afirmar que, para o ministro, na Guiné-Bissau, crimes ambientais

- (A) não são devidamente punidos.
- (B) praticamente não são cometidos.
- (C) são exemplarmente punidos.
- (D) carecem de punição.

04 Em *O texto reconhece a obrigação para com as gerações futuras, o direito de as pessoas viverem num ambiente que garanta sua saúde e bem-estar e oferece aos cidadãos o direito de participar no processo de tomada de decisões ambientais* (linhas 25 a 28), a expressão *O texto* se refere

- (A) à Convenção de Aarhus.
- (B) ao ordenamento jurídico da Guiné-Bissau.
- (C) ao discurso do ministro guineense do Ambiente e da Biodiversidade.
- (D) à Constituição da Guiné-Bissau.

05 Uma vírgula poderia substituir o ponto que separa os enunciados

- (A) *O Acordo sobre Acesso à Informação, Justiça Ambiental e Participação Pública na Tomada de Decisões entrou em vigor em 2001 na cidade Dinamarquesa de Aarhus que deu nome a Convenção, foi ratificada em 2005 e promulgada em 2010. O depósito dos instrumentos de adesão ocorreu a 4 de abril e entra em vigor em 90 dias.* (linhas 7 a 11)
- (B) *Falando aos jornalistas, o ministro guineense do Ambiente e da Biodiversidade destacou que o quadro legal do país não tipifica de forma clara os crimes ambientais. Viriato Soares Cassama disse que os próximos passos incluem a transposição do Acordo no ordenamento jurídico nacional.* (linhas 12 a 16)
- (C) *A Guiné-Bissau quer aproveitar a convenção para lutar contra as alterações climáticas, promover a biodiversidade, proteger, conservar e salvaguardar o meio ambiente. Permitir a participação pública na tomada de decisões e o acesso das pessoas à justiça em caso de violação dos seus direitos ambientais.* (linhas 33 a 37)
- (D) *O país, rico em recursos naturais e em biodiversidade costeira, marinha e terrestre, é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas. As consequências são o aumento da salinização e inundações nas regiões costeiras, problemas na agricultura, escassez de água potável e destruição de infraestrutura e ecossistemas.* (linhas 41 a 45)

- 06** O acento indicativo da crase deixou de ser empregado em
- (A) *A medida torna o país o primeiro fora da região europeia a assinar uma convenção sobre a participação das comunidades na tomada de decisões ambientais.* (linhas 4 a 6)
 - (B) *O Acordo sobre Acesso à Informação, Justiça Ambiental e Participação Pública na Tomada de Decisões entrou em vigor em 2001 na cidade Dinamarquesa de Aarhus, que deu nome a Convenção, foi ratificada em 2005 e promulgada em 2010.* (linhas 7 a 10)
 - (C) *O depósito dos instrumentos de adesão ocorreu a 4 de abril e entra em vigor em 90 dias.* (linhas 10 e 11)
 - (D) *A Guiné-Bissau quer aproveitar a convenção para lutar contra as alterações climáticas, promover a biodiversidade, proteger, conservar e salvaguardar o meio ambiente.* (linhas 33 a 35)

07 No quinto parágrafo, as aspas foram empregadas para expressar

- (A) ênfase.
- (B) ironia.
- (C) linguagem coloquial.
- (D) discurso direto.

08 Em *Para a ONU, a transparência, participação pública efetiva e inclusiva e acesso à justiça são pilares para toda a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável e são essenciais para a ação climática e a proteção da biodiversidade* (linhas 29 a 32), o termo *pilares* é sinônimo de

- (A) auxílios.
- (B) fundamentos.
- (C) requisitos.
- (D) indicadores.

09 A palavra sublinhada é pronome em

- (A) *A Comissão Econômica da ONU para a Europa, Unece, elogiou a Guiné-Bissau pela adesão ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos Humanos.* (linhas 1 a 3)
- (B) *A medida torna o país o primeiro fora da região europeia a assinar uma convenção sobre a participação das comunidades na tomada de decisões ambientais* (linhas 4 a 6).
- (C) *Viriato Soares Cassama disse que os próximos passos incluem a transposição do Acordo no ordenamento jurídico nacional* (linhas 14 a 16).
- (D) *O texto reconhece a obrigação para com as gerações futuras, o direito de as pessoas viverem num ambiente que garanta sua saúde e bem-estar e oferece aos cidadãos o direito de participar no processo de tomada de decisões ambientais* (linhas 25 a 28).

10 O texto **Guiné-Bissau promoverá acordo sobre meio ambiente e direitos humanos** é, predominantemente,

- (A) injuntivo.
- (B) descritivo.
- (C) expositivo.
- (D) narrativo.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11 De acordo com o artigo 15 da Lei 83/2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Bagre, a aceitação expressa de atribuições, deveres e responsabilidades inerentes aos cargos públicos, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo nomeado, denomina-se

- (A) exercício.
- (B) posse.
- (C) função.
- (D) encargo.

12 Um dos deveres do servidor determinado no artigo 108 da Lei 83 de 30 de maio de 2013, que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores de Bagre, é

- (A) corroborar atos de ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) promover campanha de filiação a entidades representativas da categoria.
- (C) omitir declaração de bens e rendas nos termos da legislação.
- (D) guardar sigilo sobre assuntos da repartição.

13 A Lei Orgânica do Município de Bagre, nos termos dos seus artigos 87 e 88, no que se refere aos princípios da administração municipal, determina o seguinte:

- (A) da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos ou entidades municipais devem constar imagens que caracterizem promoção de autoridades.
- (B) a publicação de leis e atos municipais será feita, prioritariamente, em órgão de divulgação sonora.
- (C) a publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.
- (D) os atos de efeitos externos deverão produzir efeitos antes de sua publicação.

14 Nos termos do artigo 40, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Bagre, a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre estabilidade compete

- (A) previamente ao Prefeito.
- (B) legalmente à Secretaria de Administração.
- (C) privativamente ao Secretário de Finanças.
- (D) à Câmara de Vereadores do Município.

15 De acordo com a Lei Nº 5, de 8 de novembro de 2005, que dispõe sobre o estatuto e o plano de carreira e remuneração dos servidores do magistério público do Município de Bagre, um dos princípios gerais constantes da Carreira do Magistério (Título IV) é

- (A) o plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, que tem como fim viabilizar a integração do interesse pessoal aos objetivos do Projeto Pedagógico do órgão executor da Política Educacional do Sistema de Ensino.
- (B) o Magistério Público Municipal, composto pelo corpo de profissionais que exercem atividades de docência, suporte pedagógico, gestão financeira e contábil na rede escolar nos diferentes níveis de ensino.
- (C) propiciar aos servidores do Magistério Público Municipal o auto-aperfeiçoamento profissional, incentivando a criatividade, premiando a competência técnica e motivando para o comprometimento destes com os resultados do ensino.
- (D) a estruturação do Magistério Público Municipal, que visa fundamentalmente à absorção dos saberes e à assimilação das habilidades e competências do servidor pelo Poder Público, a serviço do desenvolvimento da educação municipal.

LEGISLAÇÃO PEDAGÓGICA

16 Constitui princípio de ensino, de acordo com a carta Magna de 1988,

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento pedagógico e a ciência ocidental oficial.
- (B) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (C) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de leis municipais.
- (D) garantia do direito à educação e ao ensino, de forma prioritária, ao longo da educação básica regular.

17 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando determina sobre a Educação Profissional e Técnica de nível médio, define como dimensão primeira deste nível de escolaridade

- (A) a inserção qualificada no mercado de trabalho.
- (B) a aprovação em exames nacionais.
- (C) o ingresso na universidade.
- (D) a formação geral.

18 De acordo com o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as finalidades da educação são de tríplex natureza:

- (A) o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (B) a premissa do aprender a aprender, o empreendedorismo individual e social e o exercício da cultura democrática.
- (C) a pluralidade de existência de ideais de vida e de sociedade, a diversidade sociocultural e a preparação para o mercado de trabalho.
- (D) o pleno desenvolvimento do educador e do educando, o empreendedorismo social e o exercício da cultura dos direitos humanos.

19 A execução do Plano Estadual de Educação do Pará e o cumprimento de suas metas serão objetos de monitoramento contínuo realizado

- (A) bianualmente pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Conselho Estadual de Educação – CEE, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e Fórum Estadual de Educação - FEE.
- (B) pelo menos anualmente pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Conselho Estadual de Educação – CEE e Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Pará e Fórum Estadual de Educação - FEE.
- (C) pelo menos de 5 em 5 anos pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Fórum Social e Permanente de Educação – FORUMPED e UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Conselho Estadual de Educação - CEE.
- (D) semestralmente pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP e Conselho Estadual de Educação – CEE.

20 De acordo com a Lei 11.645/08, os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de

- (A) língua portuguesa e literatura.
- (B) matemática e língua portuguesa.
- (C) artes e cidadania.
- (D) educação artística e de literatura e história brasileiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 Sobre as abordagens teóricas da educação na contemporaneidade, é correto afirmar o seguinte:

- (A) a abordagem tradicionalista é embasada na empiria, na experiência. Para essa metodologia, o conhecimento é uma “descoberta”, experiência que se apresenta como nova para seu descobridor (ou estudante) e é essencial para o processo de aprendizagem.
- (B) as abordagens histórico-críticas convergem na concepção de educação como compreensão da realidade para transformá-la, visando à construção de novas relações sociais para superação de desigualdades sociais e econômicas.
- (C) para a teoria cognitivista, a educação é um ato político por meio do qual os sujeitos podem se tornar construtores ativos da história e intervir na sociedade.
- (D) características da teoria comportamental são a liberdade e a autonomia concedidas aos grupos de alunos, que podem escolher abordar ou não os conteúdos, bem como as temáticas, a partir da deliberação coletiva.

22 É característica da concepção de sala de aula, de acordo com a Teoria Tradicionalista da educação,

- (A) estudantes trabalhando, fundamentalmente, em grupos.
- (B) a valorização da busca de questões levantadas pelos alunos.
- (C) a visão dos estudantes como pensadores com teorias emergentes sobre o mundo.
- (D) os professores se comportarem de uma maneira didaticamente adequada, disseminando informações aos estudantes.

23 A lei que trata do o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas destinadas a

- (A) crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade.
- (B) adolescente que pratique crimes contra a vida.
- (C) jovens de até 29 anos em situação de cometimento de ato infracional.
- (D) adolescente que pratique ato infracional.

24 Os conselhos municipais de educação têm funções

- (A) pedagógica, fiscalizadora, política e gestora.
- (B) normativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora.
- (C) consultiva, mobilizadora, pedagógica e legislativa.
- (D) gestora, planejadora, pedagógica e fiscalizadora.

25 De acordo com a Lei nº 125, de 05 de março de 2021, que dispõe sobre a Criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município de Bagre, o mandato dos membros do referido conselho será de

- (A) quatro anos, podendo haver uma recondução, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do prefeito municipal.
- (B) dois anos, podendo haver uma recondução, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do prefeito municipal.
- (C) quatro anos, sendo vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do prefeito municipal.
- (D) dois anos, sendo vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do prefeito municipal.

26 No processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular, é condição imprescindível para a articulação entre os entes federados a

- (A) efetivação do pacto interfederativo.
- (B) reelaboração dos planos educacionais de estados e municípios.
- (C) elaboração coletiva de currículos comuns.
- (D) inserção da sociedade civil na elaboração de uma nova base.

27 No Brasil, na metade do século XX, começaram a surgir novas teorias nas áreas da psicologia educacional, a psicologia cognitivista, que propõe que o conhecimento é edificado em contextos naturais de interação social, estruturados culturalmente. Dois pensadores merecem destaque nesta área de conhecimento, são eles:

- (A) Vygotsky e Emilia Ferrero.
- (B) Piaget e Paulo Freire.
- (C) Piaget e Vygotsky.
- (D) Emilia Ferrero e Paulo Freire.

28 A Base Nacional Comum Curricular, no horizonte de sua destinação, define

- (A) o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem essencial que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.
- (B) como prioridade para o ensino médio, a partir da sua recente reforma, o conjunto de aprendizados e habilidades sobre o empreendedorismo, com a finalidade de qualificar o jovem para sua inserção no mercado de trabalho.
- (C) enfoques conceituais e intercomplementares de angulações sobre alfabetização e letramento, com a finalidade de, já na educação infantil, iniciar e concluir a aprendizagem da leitura e da escrita de crianças até sete anos.
- (D) um currículo comum e centralizado definidor da organização do trabalho pedagógico, prioritariamente nas escolas públicas, delimitando conteúdos e suas respectivas metodologias de ensino para cada área de conhecimento.

29 A Lei nº 125, de 05 de março de 2021, que dispõe sobre a criação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município de Bagre, no que se refere ao funcionamento do referido conselho, define que o órgão se reunirá

- (A) mensalmente, independentemente da existência de pauta.
- (B) de acordo com convocações do seu presidente, inexistindo agenda prévia de reuniões.
- (C) no mínimo trimestralmente, ou por convocação do seu presidente.
- (D) trimestralmente, independentemente de convocação extraordinária.

30 “Como instituição situada nos marcos de uma sociedade estruturalmente racista, a escola pública brasileira, para converter-se em ponto de apoio efetivo à luta antirracista, precisa ser política e materialmente fortalecida; precisa reformar-se profundamente no sentido de uma radical democratização de sua organização e funcionamento; bem como precisa assumir compromisso com uma revisão crítica dos aspectos valorativos e epistêmicos racistas que se encontram subsumidos ao processo de ensino-aprendizagem e ao elemento normativo intrínseco à educação escolar” (ALMEIDA, 2018).

Esse texto, sobre racismo estrutural na educação brasileira, se coaduna com a seguinte diretriz do Plano Nacional de Educação:

- (A) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e privada.
- (B) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.
- (C) estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação pública, como proporção do Produto Interno Bruto – PIB.
- (D) erradicação do analfabetismo de jovens e adultos.

COOL